Roteiros para Desmontar a Pobreza Fabricada e Reconstruir a Justiça Global

Estrategias para acabar con la pobreza fabricada y reconstruir la justicia global

Roadmaps to Dismantle Manufactured Poverty and Rebuild Global Justice

Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho

Resumo: Neste informe, analisamos o estudo da Lancet sobre cláusulas de gênero do FMI na Argentina, revelando como a austeridade aprofundou desigualdades de gênero enquanto o Fundo permaneceu em silêncio diante do desmonte das instituições feministas por Milei. Conectamos isso à declaração da Progressive International sobre o sistema da dívida no Senegal – um mecanismo estrutural de extração perpétua. Nas negociações climáticas de Bonn, divergências Norte-Sul sobre medidas comerciais expuseram políticas climáticas unilaterais como novas formas de condicionalidade. O manifesto da APMDD vincula dívida à inação climática, convocando uma Convenção da ONU sobre Dívida. Apresentamos dois manifestos por futuros pós-crescimento: o Relatório de Justiça Global de Piketty – quantificando um caminho para 1,8°C com redistribuição radical – e o roteiro do The Guardian para erradicar a pobreza fabricada. Em Saúde, examinamos o "processo conjunto" antidemocrático da WHA79 que favorece o multistakeholderismo, a crítica da Lancet aos paradigmas estreitos de segurança sanitária e o testemunho de um médico palestino na Cisjordânia – onde a retenção de receitas fiscais está estrangulando o cuidado oncológico, cancelando cirurgias e colapsando um sistema sob cerco.

Palavras-chave: Sistema da Dívida. Justiça Climática. Austeridade do FMI. Governança Global da Saúde. Palestina.

Resumen: *En este informe, analizamos el estudio de *The Lancet* sobre las cláusulas de género del FMI en Argentina, que revela cómo la austeridad ha agravado las desigualdades de género, mientras que el Fondo guardaba silencio ante el desmantelamiento de las instituciones feministas por parte de Milei. Relacionamos esto con la declaración de la Internacional Progresista sobre el sistema de la deuda en Senegal: un mecanismo estructural de extracción perpetua. En las negociaciones climáticas de Bonn, las divergencias Norte-Sur sobre las medidas comerciales pusieron de manifiesto que las políticas climáticas unilaterales son nuevas formas de condicionalidad. El manifiesto de la APMDD vincula la deuda con la inacción climática y convoca una Convención de la ONU sobre la Deuda. Presentamos dos manifiestos para unos futuros postcrecimiento: el Informe de Justicia Global de Piketty —que cuantifica una vía hacia los 1,8 °C con una redistribución radical— y la hoja de ruta de The Guardian para erradicar la pobreza fabricada. En materia de salud, examinamos el «proceso conjunto» antidemocrático de la 79.ª Asamblea Mundial de la Salud (AMS), que favorece el enfoque multilateral; la crítica de The Lancet a los paradigmas estrechos de la seguridad sanitaria; y el testimonio de un médico palestino en Cisjordania —donde la retención de los ingresos fiscales está asfixiando la atención oncológica, cancelando cirugías y colapsando un sistema sitiado.*

Palabras clave: *Sistema de la deuda. Justicia climática. Austeridad del FMI. Gobernanza global de la salud. Palestina.*

Abstract: *For this report, we analyze the Lancet study on IMF gender clauses in Argentina, revealing how austerity deepened gender inequalities while the Fund remained silent as Milei dismantled feminist institutions. We connect this to the Progressive International's declaration on Senegal's debt system- a structural mechanism of perpetual extraction. At Bonn's climate talks, North-South divergences over trade measures exposed unilateral climate policies as new forms of conditionality. The APMDD manifesto links debt to climate inaction, calling for a UN Debt Convention. We then present two manifestos for post-growth futures: Piketty's Global Justice Report – quantifying a path to 1.8°C with radical redistribution – and The Guardian's roadmap to end manufactured poverty. In Health, we examine WHA79's undemocratic "joint process" favoring multistakeholderism, the Lancet's critique of narrow health security paradigms, and a Palestinian physician's testimony from the West Bank – where withheld clearance revenues are strangling oncology care, cancelling surgeries, and collapsing a system under siege.*

Keywords: *Debt System. Climate Justice. IMF Austerity. Global Health Governance. Palestine.*

Panorama Político-Econômico

Nesta quinzena, vamos de um recém publicado estudo da *The Lancet* sobre os empréstimos do FMI e gênero, à crise da dívida, às negociações de Bonn sobre o clima, e, como fechamento de forma e conteúdo, 2 estudos sobre as novas possibilidades econômicas que pretendem fugir do culto ao crescimento – o *Global Justice Report de Piketty* e uma coluna, também assinada pelo economista, no *The Guardian*, de título *"We the economists have done the math: 'growth' is a doomed strategy"*. Nossa seleção do panorama político-econômico não pretende ignorar os recentes acontecimentos da América Latina (a suposta vitória da extrema direita no Peru e na Colômbia) e do mundo (a recente criação do que pode ser chamada de equivalência europeia ao ICE), com esses assuntos vindo a ser abordados nos próximos informes, uma vez que as organizações da SCO e da academia que acompanhamos venham a se pronunciar.

No início de junho, foi publicado o artigo *"The Latest IMF Loan to Argentina: Were Gender Clauses Effective in Protecting Women?"* de autoria de Sol Prieto e Mercedes D'Alessandro na *The Lancet*. O artigo analisa a eficácia das cláusulas de gênero incluídas nos acordos do Fundo Monetário Internacional (FMI) com a Argentina entre 2018 e 2022, avaliando se tais instrumentos conseguiram proteger as mulheres dos impactos negativos das políticas de austeridade, as duas cláusulas foram submersas sob a crise econômica que se agravou em 2022, com as revisões do acordo deixando de mencionar gênero. Em 2023, sob Javier Milei, o governo eliminou o Ministério das Mulheres, a DNEIG, o programa Registradas e o orçamento sensível ao gênero, sem qualquer objeção ou penalidade do FMI.

Os resultados da análise de Prieto e D'Alessandro mostram que as políticas de austeridade aprofundaram desigualdades: a pobreza subiu de 41,7% para 52,9% em seis meses, o desemprego feminino aumentou 2,4 pontos percentuais contra 1,5 para homens, a lacuna salarial de gênero cresceu de 25,8% para 27,8%, e pensões mínimas — majoritariamente recebidas por mulheres — perderam valor real. O artigo conclui que as cláusulas de gênero são ineficazes enquanto a "estabilidade macroeconômica" permanecer prioritária e as políticas fiscais ignorarem seus efeitos imediatos e de médio prazo sobre as mulheres. O caso argentino evidencia que tais cláusulas funcionam como *"pink-washing"* ou cortina de fumaça, sem compromisso político real do FMI ou dos governos, e que a austeridade prescrita é incompatível

com a redução das desigualdades de gênero. Na seção Post Scriptum as autoras destacam o papel político das campanhas de austeridade, da dívida e dos programas de ajuste do Fundo:

> *PÓS-ESCRITO*
>
> *Este artigo foi finalizado em fevereiro de 2025, antes de dois desdobramentos que apoiam ainda mais seu argumento principal. Primeiro, em abril de 2025, a Argentina assinou um novo acordo de US$ 20 bilhões com o FMI sob o presidente Javier Milei. Embora o programa se refira amplamente à proteção de "populações vulneráveis", ele omite os esforços anteriores para incorporar considerações de gênero, alinhando-se com o desmonte, pela administração, de instituições e políticas relacionadas ao gênero. Segundo, durante o período eleitoral que antecedeu as eleições de meio de mandato na Argentina, o presidente dos EUA, Donald Trump, e o secretário do Tesouro, Scott Bessent, apoiaram publicamente o governo argentino, inclusive por meio de operações financeiras que afetaram o mercado cambial argentino. Juntos, esses desdobramentos reforçam a interpretação avançada neste artigo: o programa de ajuste do FMI na Argentina opera não apenas como uma estratégia de estabilização doméstica, mas também como parte de uma reconfiguração geopolítica e financeira mais ampla, na qual a dívida externa pode funcionar como um mecanismo que reforça o alinhamento político. Como argumentado em D'Alessandro (2025), o caso argentino pode funcionar como um "laboratório" para um paradigma de austeridade renovado que marginaliza — e potencialmente reforça — dimensões estruturais da desigualdade, incluindo a de gênero.*

A análise de Prieto e D'Alessandro vai de encontro a uma peça publicada pela *Progressive International* no dia 26 de maio. O documento leva o título de *"Debt must be understood as a political issue"* e foi o pronunciamento final da conferência *Ideas-Africa Network's on Senegal's debt*. O evento juntou especialistas da dívida para juntos buscarem um caminho para o Senegal, país que vem sofrendo com os pagamentos dos empréstimos feitos nos últimos anos. Porém, com uma clareza que por vezes falta às instituições financeiras internacionais, os presentes apontaram como é o "sistema da dívida" – ou seja, as condições estruturais que justificam a recorrência das crises da dívida, e a dívida em si, que deve ser combatido. O sistema da dívida mantém países como o Senegal num ciclo de contínua acumulação e pagamento da dívida externa como modalidade de extração de lucro por parte de credores externos, numa perpétua transferência de capital, ponto que parece ser de continua divergência entre os países devedores e os credores. No site da *Progressive International* é possível ler o pronunciamento completo.

Agora, para a Conferência de Bonn sobre o Clima – que aconteceu dos dias 8 a 18 de junho. Comentando sobre a Conferência, trazemos um documento do *Third World Network*. *O BONN CLIMATE NEWS UPDATE (TWN)* sobre Clima e Comércio comenta o primeiro dos três Diálogos sobre Clima e Comércio (CTD). O diálogo contou com apresentações da OMC, ITC e UNCTAD, e teve como objetivo discutir oportunidades, desafios e barreiras relacionados à cooperação internacional no papel do comércio, conforme mandato da decisão 1/CMA.7 (COP30 em Belém). O mandato prevê diálogos na SB64 (2026), SB66 (2027) e SB68 (2028), com um relatório final a ser apresentado em evento de alto nível em 2028. O diálogo tornou evidente divergências fundamentais entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, enquanto os países em desenvolvimento (G77+China, LMDC, AGN, Grupo Árabe, BASIC, AOSIS, LLDCs, entre outros): defenderam que o diálogo examine a compatibilidade das medidas comerciais-

climáticas com os princípios e disposições da UNFCCC (especialmente o Artigo 3.5) e do Acordo de Paris, incluindo equidade e CBDR-RC e solicitaram avaliação de impacto dessas medidas sobre os países em desenvolvimento, com relatórios substantivos após cada diálogo, nomeação de co-facilitadores, programa de trabalho e item de agenda dedicado.

Também denunciaram que medidas unilaterais como CBAM, regulamentações sobre desmatamento, padrões de carbono e devida diligência corporativa impõem custos desproporcionais, reduzem acesso a mercados e transferem recursos do Sul para o Norte, além de serem inconsistentes com o princípio da determinação nacional (NDCs). Os países desenvolvidos (EUA não mencionado diretamente, mas UE, Reino Unido, Japão, Noruega, Suíça, Canadá, Nova Zelândia) preferiram que o diálogo se concentre no intercâmbio técnico e compartilhamento de informações, evitando duplicação com outros fóruns (OMC, UNCTAD, ITC). Defendem que o espaço não é de negociação nem de definição de regras, e que deve manter caráter não punitivo.

Alguns sugeriram que apenas um relatório consolidado seja produzido em 2028. A UE defendeu que o diálogo explore sinergias entre comércio e clima; o Reino Unido sugeriu focar em bens e serviços ambientais e reforma de subsídios a combustíveis fósseis; o Japão questionou a necessidade do diálogo; a Suíça propôs tratar de subsídios a combustíveis fósseis e minerais críticos; a Noruega defendeu uso do Artigo 6; o Canadá pediu complementaridade com outros fóruns; e a Nova Zelândia mencionou princípios como não discriminação e conformidade com a OMC.

Conectando os dois assuntos mencionados acima, trazendo o manifesto *"WHY A UN DEBT CONVENTION IS CRITICAL FOR CLIMATE JUSTICE"* do *APMDD – Asian Peoples' Movement on Debt and Development* publicado no final de abril deste ano. O documento expõe como a dívida externa é um grande obstáculo à ação climática, limitando severamente a capacidade dos países de responder à emergência climática e de realizar a transição para energias renováveis (como a já muito mencionada Debt-fossil-fuel-trap).

Programas do FMI e do Banco Mundial impõem austeridade, restringindo o espaço das políticas públicas para ação climática. Além disso, para gerar receita para pagar dívidas, muitos países expandem sua dependência de combustíveis fósseis, criando um ciclo vicioso em que as pressões da dívida aceleram a crise climática. O documento também aponta como, atualmente, os processos existentes de alívio da dívida — liderados pelo G20, Clube de Paris, FMI e Banco Mundial — são fragmentados, lentos e orientados pelos interesses dos credores. A governança global da dívida permanece concentrada em instituições desiguais e antidemocráticas, onde os países do Norte Global têm poder desproporcional. O sistema da dívida permanece profundamente colonial.

A curto prazo, propõe cancelamento urgente e abrangente da dívida, além de financiamento climático público baseado em doações dos países ricos, que devem pagar sua dívida climática. A longo prazo, o estabelecimento de uma Convenção-Quadro da ONU sobre Dívida Soberana, buscando uma solução e mudança estrutural.

Com a convenção, argumentam, seria possível: Liberar fundos públicos e espaço de política para ação climática, prevenir futuras crises de dívida que prejudiquem a ação climática, liberar recursos em caso de desastres, abordar injustiças históricas e dívidas ilegítimas e criar regras globais e tomada de decisão mais justas. O texto é produzido pelo Debt and Climate Working Group, que reúne organizações da sociedade civil, ativistas, movimentos e acadêmicos que trabalham na interseção entre as crises da dívida e do clima.

Falando em necessidade de mudança estrutural, dois novos estudos-manifestos foram publicados nesta quinzena. O primeiro foi o Relatório de Justiça Global do Laboratório de Desigualdade Global da Escola de Economia de Paris, coordenado entre outros por Thomas Piketty, publicado em 4 de junho, na abertura da Conferência Mundial sobre Desigualdade 2026. O Global Justice Report apresenta uma nova visão para o progresso global no século XXI, baseando o desenvolvimento humano e a igualdade na habitabilidade planetária. O relatório explora as condições sob as quais o mundo poderia avançar nessa direção e traça uma trajetória de transição econômica e ecologicamente consistente de 2026 a 2100.

Sua conclusão principal é simples: é possível conciliar habitabilidade planetária e alto bem-estar para todos, mas apenas se a transformação se apoiar em três pilares simultaneamente: A descarbonização rápida dos sistemas energéticos é necessária, mudança significativa em direção à suficiência e uma redução drástica da desigualdade de renda, riqueza e poder, tanto entre países quanto dentro deles. A compressão da desigualdade global não é apenas compatível com a descarbonização profunda; é uma condição necessária para a prosperidade compartilhada em um planeta finito.

O *Global Justice Report* faz parte de uma agenda internacional mais ampla para a habitabilidade planetária, justiça social e reforma da arquitetura financeira global – incluindo a Iniciativa Bridgetown, lançada por Barbados em 2022, combinando reforma monetária internacional, tributação global da riqueza e financiamento climático; o recente Compromisso de Sevilha sobre financiamento do desenvolvimento; o processo da Convenção Fiscal da ONU; e as iniciativas do G20 lideradas pelo Brasil e pela África do Sul sobre desigualdade global e o reequilíbrio da riqueza e do poder dentro dos limites planetários. A principal contribuição deste relatório é colocar essas propostas dentro de um quadro institucional quantificado, modelando a convergência socioeconômica, a mudança de temperatura e as trajetórias distributivas até 2100. Nossa conclusão geral é que é possível conceber um plano quantitativamente consistente para o desenvolvimento sustentável em escala global com base em propostas como a Iniciativa Bridgetown e outras plataformas recentes.

O objetivo maior é combinar Igualdade Global e Habitabilidade Planetária e impulsionar Contabilidade Material e Monetária para o Debate Democrático, com o *Global Justice Report* utilizando indicadores multidimensionais para medir o progresso social.

“Concretamente: a renda nacional mensal per capita converge para € 5.000 em todos os países, fechando uma lacuna de 16 vezes. A participação da metade inferior da riqueza global aumenta de 2% para 30%, enquanto a participação da classe bilionária diminui de 6% para 0,05%. Quase 90% da população mundial dobra sua renda enquanto trabalha aproximadamente metade das horas que trabalha atualmente. O aquecimento atinge 1,8°C até 2100, em vez de mais de 4°C sob as tendências macroeconômicas e políticas atuais.

O Global Justice Report faz parte de uma agenda internacional mais ampla para a habitabilidade planetária, justiça social e reforma da arquitetura financeira global — incluindo a Iniciativa Bridgetown, lançada por Barbados em 2022, combinando reforma monetária internacional, tributação global da riqueza e financiamento climático; o recente Compromisso de Sevilha sobre financiamento do desenvolvimento; o processo da Convenção Fiscal da ONU; e as iniciativas do G20 lideradas pelo Brasil e pela África do Sul sobre desigualdade global e o reequilíbrio da riqueza e do poder dentro dos limites planetários. A principal contribuição deste relatório é colocar essas propostas dentro de um quadro institucional quantificado, modelando a convergência socioeconômica, a mudança de temperatura e as trajetórias distributivas até

2100. Nossa conclusão geral é que é possível conceber um plano quantitativamente consistente para o desenvolvimento sustentável em escala global com base em propostas como a Iniciativa Bridgetown e outras plataformas recentes."

A Plataforma de Justiça Global conclui que um século XXI habitável e igualitário é materialmente possível. O orçamento de carbono permite isso, e a história oferece precedentes em escalas comparáveis, desde a ascensão do sufrágio universal até a universalização da saúde e da educação, passando pela compressão da desigualdade do século XX. O que está no caminho não é a impossibilidade técnica, mas a escolha política e o trabalho árduo, porém crucial, de construir uma coalizão por trás dela.

Na mesma proposta, temos o artigo de opinião publicado no *The Guardian*, *"We economists have done the maths: 'growth' is a doomed strategy – there is a better way"* assinado por Olivier De Schutter, Joseph Stiglitz, Jayati Ghosh, Thomas Piketty, Kate Raworth and Jason Hickel e apresenta um roadmap moldado por especialistas de todo o mundo, desde agências da ONU até movimentos de base, junto de uma convocatória: que líderes políticos em todos os níveis o utilizem.

Deixamos o texto traduzido integralmente:

> *Nós vivemos em uma era de escassez fabricada. Em um mundo mais rico do que nunca, cerca de um décimo da população mundial ainda vive em extrema pobreza. Milhões de pessoas não conseguem pagar por comida suficiente, moradia adequada ou cuidados básicos de saúde, enquanto uma minoria ínfima acumula riqueza e poder sem precedentes. Ao mesmo tempo, secas, mega incêndios, inundações e ondas de calor nos lembram que nossas economias estão levando o planeta além de seus limites.*
>
> *Estas não são crises separadas. São sintomas de um modelo econômico que chegou ao fim da linha. Pobreza e desigualdade não são acidentes; são resultados previsíveis de escolhas políticas: como projetamos sistemas tributários, regulamos mercados de trabalho, valorizamos o cuidado, estruturamos serviços públicos e decidimos quais necessidades e quais vozes importam. Fundamentalmente, se os governos podem fabricar a pobreza, eles também podem desmontá-la.*
>
> *Por décadas, a receita foi simples: faça a economia crescer, e a pobreza desapareceria gradualmente. Mas a promessa de que o crescimento econômico "levantaria todos os barcos" não foi cumprida. Enquanto as rendas nacionais se expandiam, os salários estagnaram, o trabalho se tornou mais precário e os serviços públicos foram cortados. No topo, as fortunas cresceram; na base, as famílias recorreram a bancos de alimentos. O crescimento se desacoplou da prosperidade compartilhada.*
>
> *Também se tornou ecologicamente insustentável. Estamos caminhando para uma "Terra estufa", onde o aumento das emissões e a perda de biodiversidade estão desestabilizando as condições que sustentam a vida humana. Cerca de 92% do excesso de emissões globais de carbono pode ser atribuídos ao Norte Global, e os 10% mais ricos da população são responsáveis por quase metade das emissões globais, enquanto as pessoas em situação de pobreza são as primeiras a enfrentar quebras de colheita e aumento dos preços dos alimentos. Um modelo econômico que depende da expansão infinita em um planeta finito não é apenas injusto; é perigoso.*

Muitos países de baixa renda ainda precisam de crescimento para construir estradas, hospitais, escolas, energias renováveis e empregos decentes. Mas o caminho dominante para o crescimento – baseado na extração de recursos, mão de obra barata e complacente, dependência de exportações e endividamento crescente – ampliou a desigualdade e degradou o meio ambiente. A verdadeira questão hoje não é se o crescimento continua, mas que tipo de economias estamos construindo, a quem elas servem e se permitem que todos vivam com dignidade dentro dos limites planetários.

É por isso que nos reunimos para desenvolver e apoiar o "roteiro para erradicar a pobreza além do crescimento". O roteiro oferece uma gama de alternativas sobre como ir além da abordagem estreita de "crescer-taxar-transferir" que moldou as políticas por décadas. Não é um modelo elaborado por um punhado de especialistas. É exatamente o oposto: durante 18 meses, mais de 400 pessoas – agências da ONU, governos nacionais, especialistas acadêmicos, organizações da sociedade civil, sindicatos, atores da economia social e solidária e movimentos de base, do Norte e do Sul globais – trabalharam para responder a uma pergunta simples: como podemos acabar com a pobreza e reduzir as desigualdades sem tratar o crescimento do PIB como a condição primária para o progresso? Mais de 350 signatários subscreveram o plano, incluindo Jean Drèze, Pavlina Tcherneva, Tim Jackson, Bhumika Muchhala, Julia Steinberger, Ndongo Samba Sylla, Timothée Parrique.

Não concordamos em todos os detalhes políticos. Mas estamos unidos na convicção de que nossas economias devem ser redesenhadas em torno da realização de direitos e do bem-estar coletivo dentro dos limites planetários, em vez de maximizar a produção a qualquer custo. Os direitos humanos aqui não são uma reflexão tardia; são o princípio organizador de como medimos o progresso, definimos prioridades e resolvemos trade-offs. A proteção social e os serviços públicos são essenciais, mas não podem compensar indefinidamente economias que, por design, geram salários de pobreza, empregos inseguros e moradias inacessíveis.

Precisamos mudar as regras a montante. Isso significa, por exemplo, trabalho decente e garantias de emprego, salários dignos e remuneração justa, sindicatos mais fortes e democracia no local de trabalho, combate à discriminação e valorização do trabalho de cuidado remunerado e não remunerado do qual nossas sociedades dependem. Significa investir em crianças, moradia, saúde, educação e transporte por meio de provisão pública universal. Significa controle público de ativos estratégicos, orientação de crédito para direcionar investimentos para prioridades sociais e ecológicas, e apoio ao desenvolvimento da economia social e solidária.

Implementar esta visão significa mudar as regras da economia global. Hoje, os governos do Sul Global são criticados por não fazerem o suficiente para combater a pobreza, enquanto são pressionados por sanções unilaterais, acordos comerciais restritivos, intercâmbio desigual e encargos de dívida enraizados em séculos de despossessão colonial. Cerca de 3,4 bilhões de pessoas vivem em países que gastam mais com o serviço da dívida do que com saúde ou educação. Enquanto isso, as cadeias de suprimentos globais permitem uma enorme transferência líquida de trabalho e recursos do Sul para o Norte. A solidariedade internacional é, portanto, uma obrigação legal e moral enraizada na realidade histórica de que muitos países ricos construíram sua riqueza empobrecendo o Sul, através de padrões de extração que continuam hoje em novas formas. Uma transição justa para além do crescimento deve incluir justiça da dívida,

aumento da cooperação Sul-Sul, financiamento climático reparatório e apoio a pisos de proteção social universais, enraizados nos princípios de não dominação e autodeterminação, para que os países possam traçar seus próprios futuros econômicos soberanos.

Igualmente crucial é quem pode moldar essa transição. Com demasiada frequência, as políticas que afetam as pessoas em situação de pobreza são elaboradas sem elas – e, por vezes, contra elas. Quando os sistemas de bem-estar são construídos em torno de suspeita, sanções e condições humilhantes, eles aprofundam o estigma e desencorajam as pessoas a reivindicar seus direitos. Aqueles que vivem na pobreza sabem melhor do que ninguém como os sistemas podem falhar na prática. Sua expertise deve orientar a concepção, implementação e monitoramento das estratégias antipobreza, desde os conselhos locais até os parlamentos e fóruns internacionais.

Não estamos começando do zero. Em todo o mundo, lutas indígenas, organização feminista, sindicatos e movimentos por justiça climática estão defendendo e construindo futuros alternativos enraizados no cuidado coletivo e nos direitos territoriais. Novas coalizões de estados estão avançando novas visões de governança econômica global, e governos estão experimentando estratégias antipobreza baseadas em direitos, assembleias de cidadãos e construção de riqueza comunitária. A ONU e muitos parceiros estão explorando indicadores "além do PIB" e novas instituições, como um painel internacional sobre desigualdade, para ajudar a traçar essa mudança. Nosso roteiro se baseia nesses esforços, conecta-os e os impulsiona ainda mais. Oferecemos agora como um ponto de referência comum para aqueles que se recusam a aceitar que a pobreza e o colapso ecológico são o preço a pagar pela forma como atualmente definimos o "sucesso" econômico. Governos e instituições multilaterais têm uma escolha: redobrar a aposta em um modelo falido de crescimento em primeiro lugar ou comprometer-se a erradicar a pobreza transformando as regras econômicas que a produzem.

A pobreza é fabricada. Essa é a má notícia – e a boa notícia. O que foi fabricado pode ser desmontado e substituído. Estamos colocando opções concretas sobre a mesa, todas apoiadas por perfis de políticas detalhados que explicitam evidências, etapas de implementação e exemplos do mundo real. Convocamos líderes políticos em todos os níveis a usá-los, a ouvir os mais afetados e a tratar o fim da pobreza, a redução das desigualdades e a efetiva realização dos direitos humanos como a medida pela qual a política econômica deve ser julgada.

Saúde

Em Saúde, trazemos 3 publicações recentes, um artigo da *People's Dispatch* analisando os limites da democratização da Governança da Saúde Global; um artigo da *The Lancet* problematizando os paradigmas atuais da seguritização da saúde e, por fim, um testemunho de um médico Palestino vivendo sobre o siege israelense.

Publicada no dia 19 de maio, a reportagem do *People's Dispatch* tensiona a *79WHA*, que ocorreu em um contexto de OMS sobrecarregada por múltiplas crises concorrentes, orçamento e equipe reduzidos, e incertezas em torno da eleição de um novo Diretor-Geral em 2027. A publicação traz a visão do Movimento de Saúde Popular (PHM), que contesta como a Atenção

Primária à Saúde (APS) conforme visionada pela Declaração de Alma-Ata de 1978 continua sendo a visão orientadora para um sistema de saúde global justo e equitativo.

A Assembleia será convidada a considerar uma proposta para um "processo conjunto" de transformação da arquitetura global de saúde (GHA), envolvendo Estados-Membros, representantes de iniciativas globais de saúde, entidades da ONU, organizações regionais de saúde e outras partes interessadas, incluindo a sociedade civil. O objetivo é simplificar e aumentar a coerência entre os muitos atores e iniciativas de reforma que atualmente lotam esse espaço. O processo conjunto estabelecerá opções e recomendações para: alinhamento de mandatos e capacidades dos atores da GHA; melhoria da coordenação e tomada de decisão; e alinhamento do financiamento com as prioridades nacionais, regionais e globais.

"Este ano, a Assembleia será convidada a considerar uma proposta para um processo conjunto que transformará a arquitetura global de saúde (GHA). O "processo conjunto" refere-se a uma "abordagem estruturada e inclusiva que envolve Estados-Membros, representantes de iniciativas globais de saúde, entidades das Nações Unidas, organizações regionais de saúde e outras grandes constituintes, incluindo a sociedade civil". Tem como objetivo simplificar e aumentar a coerência entre os muitos atores globais de saúde e iniciativas de reforma que atualmente lotam esse espaço, resultando frequentemente em poder de decisão sem prestação de contas. Essa fragmentação não é nova – reflete décadas de reestruturação impulsionada por Estados poderosos, corporações, atores filantrópicos e instituições financeiras.

O processo conjunto estabelecerá opções e recomendações para:

"(i) melhorar o alinhamento dos mandatos e capacidades dos atores da GHA com as funções essenciais da GHA e em todos os níveis global, regional e nacional;

(ii) melhorar a coordenação e a tomada de decisões para fortalecer a colaboração, a prestação de contas e a coerência em todos os níveis global, regional e nacional;

(iii) alinhar o financiamento com as prioridades nacionais, regionais e globais para avançar a autossuficiência nacional e garantir apoio sustentável e previsível para bens públicos globais de saúde e funções regionais."

A abordagem específica para o processo conjunto não é inteiramente democrática ou orientada pela equidade. O grupo de trabalho conjunto será composto por 25 membros: 14 representantes dos Estados-Membros da OMS (dois de cada região e dois membros adicionais das regiões que fornecem os co-presidentes), cinco representantes de iniciativas globais de saúde (Gavi, a Aliança para Vacinas; Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária; a Coalizão para Inovações em Preparação para Epidemias; Unitaid; e o Fundo Pandêmico), quatro representantes das Nações Unidas, incluindo a OMS, e um representante cada do Banco Mundial e de uma organização regional de saúde.

Essa priorização desproporcional de iniciativas globais de saúde com muito pouco, ou nenhum, espaço para a sociedade civil não prioriza a governança democrática. Embora o próprio relatório identifique "riscos" associados ao processo, incluindo "participação desigual" de países de baixa e média renda (LMICs) e OSC, as soluções oferecidas de "alcance proativo, apoio… e desenho cuidadoso dos processos do grupo de trabalho" são insuficientes para revitalizar e reimaginar uma OMS que funcione para todos. Em vez disso, prepara a OMS para o multistakeholderismo."

Enquanto a arquitetura da saúde global é analisada pelo *People's Dispatch*, a *The Lancet* traz uma crítica sobre nossa segurança sanitária global atual. O artigo de junho chamado *"Health Security: why preparedness alone will not keep us safe"* argumenta a necessidade urgente de transcender o foco tradicional em preparação para emergências para adotar uma visão mais integrada e sistêmica. Os autores defendem que priorizar apenas a resposta a crises ignora determinantes políticos e econômicos cruciais, como a influência de grandes indústrias e a fragilidade das instituições públicas. Para construir uma verdadeira resiliência, é necessário investir na prevenção de doenças, no fortalecimento da confiança comunitária e na colaboração entre diferentes setores, como agricultura e comércio. O artigo destaca que a eficácia da saúde pública depende da proteção da autonomia institucional e do enfrentamento das vulnerabilidades estruturais reveladas pela pandemia. Assim, a segurança em saúde deve ser vista como um investimento contínuo na estabilidade social e econômica, e não apenas como uma reação a desastres iminentes.

"À medida que a segurança sanitária se expande para abordar riscos climáticos, de confiança e sistêmicos, um foco contínuo na preparação para emergências corre o risco de fragmentar a saúde pública e obscurecer os drivers políticos e econômicos desses riscos. A próxima Conferência Global de Segurança Sanitária sugere uma mudança bem-vinda, refletindo uma evolução na forma como a segurança sanitária é compreendida. Os tópicos agora se estendem para além da preparação para doenças infecciosas para incluir mudanças climáticas, desinformação, confiança e governança, apontando para entendimentos mais sistêmicos e interconectados. No entanto, embora a agenda tenha se ampliado, a forma como a segurança sanitária é operacionalizada mudou muito menos. Os modelos de preparação para emergências, sistemas de resposta e capacidade de surto continuam a dominar a expansão sem transformação. Em risco está a indivisibilidade das Funções Essenciais de Saúde Pública da OMS, uma estrutura que deixa claro que prevenção, promoção, proteção e governança são interdependentes. O engajamento comunitário, a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a regulação da saúde pública são frequentemente despriorizados em favor da resposta a emergências. Separar a segurança sanitária do sistema mais amplo de saúde pública corre o risco de enfraquecer as bases das quais depende a resiliência. O trabalho da OMS e da Associação Internacional de Institutos Nacionais de Saúde Pública reforça a necessidade de uma entrega equilibrada entre essas funções. A COVID-19 expôs as limitações da preparação, mas também a importância da vulnerabilidade populacional subjacente. A preparação por si só não pode compensar esses drivers estruturais de risco; a ação deve ser acompanhada por um engajamento mais explícito com as realidades políticas."

Agora, para nossa cobertura quinzenal do genocídio palestino, deixamos, na íntegra, a tradução da reportagem de testemunho do doutor Hazim Faisal Abusondos, médico palestino que trabalha em Gaza.

> *Sou médico e trabalho no pronto-socorro e na ala de oncologia do Hospital Dura, na Cisjordânia ocupada.*
>
> *Nos últimos quatro anos, testemunhei a lenta deterioração do nosso sistema de saúde. Nos últimos dois anos, a situação se intensificou dramaticamente — tornando-se catastrófica.*
>
> *Nossos hospitais não estão simplesmente lutando. Eles estão sendo levados além de seus limites, e as prateleiras de nossas farmácias estão vazias.*

Dia após dia, medicamento por medicamento, cirurgia por cirurgia, o sistema do qual milhares de pacientes dependem está desmoronando diante de nossos olhos.

Esta não é uma crise natural. É o resultado direto do colapso econômico na Palestina e da retenção das receitas de clearance — fundos fiscais palestinos coletados por Israel. Esses fundos, que constituem mais de 60 por cento das receitas da Autoridade Palestina, estão congelados há meses. Sem eles, o Ministério da Saúde palestino não pode pagar os fornecedores. Sem pagamento, medicamentos, suprimentos cirúrgicos e equipamentos essenciais não chegam aos nossos hospitais. A consequência é um sistema de saúde sendo estrangulado, lenta e deliberadamente.

Esse colapso financeiro também significou que médicos e trabalhadores da saúde não podem mais se sustentar. Como as receitas de clearance são retidas, a Autoridade Palestina não pode pagar salários. Os salários são atrasados ou cortados completamente.

Muitos de nós não podem mais arcar com o custo da viagem para o trabalho. Alguns não podem prover nem mesmo as necessidades mais básicas para seus filhos. O curandeiro está sendo quebrado junto com o sistema.

Prateleiras vazias

Nossa ala de oncologia deveria ser um lugar de esperança e cura. Tornou-se, em vez disso, um lugar de incerteza e, com demasiada frequência, um lugar de espera ou rejeição.

Pacientes com câncer que chegam para consultas agendadas são mandados para casa porque os medicamentos essenciais de que necessitam não estão disponíveis. Muitos pacientes com câncer foram afetados pela escassez de medicamentos. Vi pacientes que estavam respondendo bem ao tratamento piorarem subitamente porque suas sessões de quimioterapia foram adiadas — não porque o medicamento não existe no mundo, mas porque não chega à nossa farmácia.

Os planos de tratamento são interrompidos. A esperança é substituída pela espera. Para um paciente com câncer, esperar significa que a doença avança.

Em nossas clínicas de hematologia e oncologia, vemos cada vez mais pacientes cujos cursos de tratamento são interrompidos porque os medicamentos não podem ser entregues de forma consistente. Uma paciente com um distúrbio sanguíneo anteriormente controlável experimentou interrupções repetidas em seu tratamento devido à escassez de medicamentos e atrasos no financiamento.

Com o tempo, sua condição se deteriorou significativamente. Ela posteriormente evoluiu para leucemia aguda. O que poderia ter sido uma doença estável e controlável tornou-se uma condição potencialmente fatal como resultado direto da interrupção do cuidado.

Em outro caso, um jovem paciente com uma malignidade rara havia respondido inicialmente bem à quimioterapia e precisava de terapia direcionada para controlar uma recidiva. O medicamento existia. A recomendação médica era clara. Mas devido ao seu alto custo e disponibilidade limitada dentro do sistema atual, o tratamento não pôde ser fornecido.

Nenhuma alternativa estava acessível. O paciente recebeu alta para casa sem um caminho de tratamento claro, enfrentando uma doença progressiva sem opções eficazes disponíveis. Mandamos um jovem para casa para esperar.

Para pacientes com câncer, o tempo não é um conceito abstrato, mas é central para determinar se uma doença permanece tratável ou se torna fatal — cada atraso importa.

A escassez não se limita ao departamento de oncologia. Medicamentos essenciais, incluindo antibióticos, medicamentos de emergência e analgésicos, estão se tornando cada vez mais difíceis de obter.

Os médicos são frequentemente forçados a trabalhar em condições que comprometem o padrão de atendimento que nossos pacientes merecem.

Cirurgias canceladas

Em todo o sistema de saúde, procedimentos estão sendo adiados porque suprimentos críticos não estão disponíveis. Os cirurgiões permanecem prontos e os pacientes permanecem necessitados, mas as operações não podem prosseguir sem os materiais necessários para realizá-las com segurança.

Um paciente com hérnia esperou meses por uma cirurgia agendada. O procedimento foi adiado repetidamente — não por razões médicas, mas por causa do colapso mais amplo: as receitas de clearance retidas deixaram a Autoridade Palestina incapaz de pagar os salários dos funcionários, forçando uma redução nos dias de operação.

Durante o atraso, a hérnia estrangulou. O tecido morreu. O que deveria ter sido uma operação de rotina tornou-se uma grande cirurgia de emergência. Parte do intestino do paciente teve que ser removida.

Pacientes com infecções na vesícula biliar e pedras chegam ao nosso hospital com dor agonizante, chorando, implorando por cirurgia para remover a fonte de seu sofrimento. Mas suas operações são adiadas repetidamente, porque os dias de operação foram reduzidos e os médicos nem sempre podem pagar para vir. O paciente chora. O cirurgião espera. O sistema não se move.

Pacientes com condições cardíacas, lesões traumáticas e outras necessidades cirúrgicas urgentes enfrentam atrasos que seriam inimagináveis há apenas alguns anos. Cada procedimento adiado carrega consequências potencialmente catastróficas que vão muito além de um cronograma hospitalar.

Em cidades e vilarejos de toda a Cisjordânia, os serviços de saúde estão esticados ao limite. Famílias que antes dependiam de clínicas locais para cuidados de rotina e preventivos estão encontrando menos opções disponíveis.

Centenas de pacientes têm viajado para clínicas ambulatoriais durante meses, apenas para encontrar as portas trancadas. Eles chegam aos hospitais esperando por cuidados que já não existem.

As clínicas estão fechadas — não porque não há pacientes, mas porque os fundos para operá-las desapareceram. Estes não são números. Estas são mães, pais e pacientes idosos que não têm outro lugar para ir.

Com as redes de segurança desaparecendo, o fardo tem recaído mais pesadamente sobre os idosos, crianças e aqueles que vivem com doenças crônicas.

Por anos, hospitais privados ajudaram a absorver a pressão quando as instalações governamentais atingiam a capacidade. As dificuldades financeiras têm prejudicado a cooperação entre diferentes partes do sistema de saúde, reduzindo as opções disponíveis para transferências de pacientes e cuidados especializados.

Como resultado, os pacientes muitas vezes permanecem em departamentos de emergência superlotados enquanto as equipes médicas procuram por leitos e recursos disponíveis.